

Resenha bibliográfica*

Book review

SOUZA, Bruno Gabriel Witzel; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin (Orgs.). *Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

Maria Alice Rosa Ribeiro**

Em comemoração aos 200 anos da fazenda Ibicaba, Bruno Gabriel Witzel de Souza e Leonardo Antonio Santin Gardenal organizaram o *Colóquio Internacional: Ibicaba, 200 anos*, realizado entre 31 de agosto e 1º de setembro de 2017. Um dos êxitos daquele evento concretizou-se com o lançamento, em 2021, do livro *Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros*, no qual foram reunidas as contribuições dos participantes do colóquio e de convidados que se associaram às comemorações dos 200 anos.

A originalidade da obra emerge à primeira vista na concepção da estrutura elaborada pelos organizadores. Ela se divide em quatro partes: a primeira, *entendendo*, volta-se à compreensão da fazenda, inserida no contexto de temas que entrecruzaram sua existência, fundação, implantação, desenvolvimento e transformações ao longo do século XIX até a segunda década do século XXI. Ocupando mais de dois terços da obra, a seção reúne doze textos analíticos, redigidos por pesquisadores(as), sociólogos(as) e historiadores(as) econômicos(as).

A segunda parte, *vivendo*, traz nove entrevistas, realizadas pelos organizadores. Elas têm algo incomum, não coincidem com a forma clássica da entrevista, com perguntas diretas e respostas objetivas. São depoimentos/relatos dos antigos moradores e trabalhadores, do antigo administrador e do atual proprietário, que nos contam suas experiências e vivências. Com um

* Submissão: 03/04/2022 | Aprovação: 07/09/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v26i1.862

** Departamento de Economia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, UNESP, Campus Araraquara; Centro de Memória Unicamp, Brasil | ORCID: 0000-0002-2598-9068 | E-mail: mariaalice-rosaribeiro@gmail.com



mergulho na memória, eles resgatam episódios e momentos que marcaram suas vidas, na infância, na adolescência e nos trabalhos em Ibicaba. Essa seção é uma verdadeira produção de fonte documental, formada pelas percepções dos trabalhadores sobre as transformações passadas pela antiga economia cafeeira até os dias atuais. Sem dúvida, uma preciosidade para pesquisadores da história econômica, social e cultural da sociedade paulista.

A terceira parte, intitulada *construindo futuros*, corresponde a uma breve contribuição na forma de notas dos representantes dos países de origem dos antigos trabalhadores de Ibicaba: Suíça, Itália e Alemanha.

Por fim, a quarta e última parte mostra uma coleção de imagens pictóricas e fotográficas de Ibicaba. Aqui cabe um destaque especial às pinturas de um dos antigos trabalhadores, Francisco Frederico Olivato, que colocou em telas as memórias de sua infância e sua juventude em Ibicaba.

Ibicaba ainda está lá. Não a sede construída pelo seu fundador, o senador Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mas a erguida, em 1910, pelos segundos proprietários, os irmãos José e Simão Levy, descendentes de antigos colonos alemães que chegaram à fazenda em 1857. Hoje, a fazenda encontra-se nas mãos da terceira família proprietária, a de José Theodoro Hayden Carvalhaes. A mudança de propriedade foi acompanhada, de certa forma, pelas transformações na organização produtiva, nas lavouras, na criação etc. Ibicaba foi, no começo, canavieira, depois migrou para o café, cultura que permaneceu por mais de um século em suas terras. Por volta de meados do século XX, voltou ao princípio, à cana de açúcar e à pecuária. Hoje, Ibicaba atende à demanda por turismo rural histórico, educacional e cultural de uma parcela da população (capítulo 1). O livro nos conduz pela história de Ibicaba e pela história de milhares de mulheres e homens que por lá passaram: escravizados, imigrantes, trabalhadores, patrões, proprietários.

Nesta resenha, pretendo chamar a atenção do leitor para alguns tópicos desenvolvidos nos doze capítulos da primeira parte. Ibicaba notabilizou-se por seu fundador, senador Vergueiro, liderança do Partido Liberal do Império; por ter vivenciado a primeira experiência de introdução de trabalho livre de imigrantes na lavoura cafeeira e por ter sido palco de uma revolta dos colonos/parceiros liderada pelo mestre-escola suíço Thomas Davatz, em 1856. Ao regressar para seu cantão, expulso da fazenda, ele escreveu um livro, relatando os acontecimentos daquele tumultuado ano. Publicado em 1858, tal livro abalou a política emigratória dos cantões suíços e de governos austríacos e alemães, o que resultou na proibição da emigração para o Brasil. O livro de

Davatz foi traduzido pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em 1941, projetando a luta dos colonos para além das fronteiras da fazenda, do município e do estado de São Paulo e enriquecendo os estudos sobre imigração e sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na agricultura cafeeira paulista.

Quem foi o senador Vergueiro? Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) era de origem portuguesa, formado em leis pela Universidade de Coimbra, influenciado pelas ideias do iluminismo ilustrado pombalino e do liberalismo econômico. Depois de diplomado, veio para o Brasil, onde passou a exercer advocacia em 1802. Casou-se com Maria Angélica de Vasconcelos, filha de um rico proprietário de terras em Itu e prima da Dona Genebra de Barros Leite, esposa do homem mais rico de São Paulo, brigadeiro Luiz Antonio de Souza, seu sócio. Mas, afinal, quem foi o Senador aqui no Brasil? Essa é a questão que permeia vários capítulos (1, 2 e 4), pois sua atuação penetrou quase todas as atividades econômicas e discussões políticas que atravessaram a sociedade paulista do seu tempo. Não há um único ramo em que sua presença não tenha sido decisiva; jamais agiu como espectador, sempre foi o protagonista. Político, senhor de engenho, proprietário de terras e escravos, líder da revolta liberal de 1842, cafeeiro, criador do *sistema de parceria* com imigrantes vindos para o café etc. Atuou na distribuição de sesmarias, na apropriação das terras doadas pela coroa; na implantação de lavouras de cana e de engenhos de açúcar; na cafeeiro; na escravidão de africanos e crioulos, sendo um dos maiores proprietário de escravos de Limeira (capítulo 6); na definição de um esquema de introdução do trabalho livre de imigrantes portugueses, suíços e prussianos/alemães, quando o tráfico de escravizados africanos entrava em rota de extinção (capítulos 7, 9, 10 e 11); na construção de estradas de rodagem (capítulo 8); na intermediação de contratos de trabalhadores para a lavoura cafeeira, por meio da firma Vergueiro & Cia. (1846); na comercialização, na exportação de café e na importação de bens manufaturas em Santos etc. Os negócios do Senador sempre foram mesclados por matrimônios bem arranjados com vistas à preservação do patrimônio e à continuidade da expansão da riqueza em terras, em escravizados e nos lucros dos negócios de intermediação de trabalhadores livres imigrantes e de comercialização de açúcar e café etc.

Nos negócios de terras, Nicolau Vergueiro foi juiz das sesmarias, avaliava e fiscalizava as medições. Aproveitando-se dessa condição, obteve parte da sesmaria do Morro Azul, onde montou a fazenda Ibicaba, em 1817

(capítulo 4). Fazenda de cana de açúcar, de produção de mantimentos e criação de animais, Ibicaba fornecia também matéria-prima para os engenhos Taquaral, Monte Alegre e Limoeiro, que Vergueiro mantinha em sociedade com o brigadeiro Luiz Antonio de Souza em Piracicaba. Com o falecimento do Brigadeiro em 1819, houve a divisão da sociedade em 1825. Nicolau Vergueiro e a família mantiveram, entre outras propriedades, a fazenda Ibicaba de 1817 até 1889, quando foi vendida para os irmãos Levy (capítulo 3), que permaneceram com a propriedade até 1975, vendendo-a para a família Hayden Carvalhaes. Obviamente que, ao longo das sucessivas mudanças de proprietários, por falecimento ou venda, a dimensão territorial da propriedade foi sofrendo fracionamentos entre herdeiros e compradores. Esse aspecto, o fracionamento das terras por sucessivas gerações e herdeiros, não foi explorado no livro. O leitor pode intuir que as dimensões não eram as originais, principalmente pelos depoimentos e pelos relatos dos antigos moradores e trabalhadores. Aos poucos os legados de terras eram fragmentados. Assim, a Ibicaba de 1889 não era mais aquela fundada por Nicolau Vergueiro em 1817. Talvez a primeira divisão de terras tenha ocorrido quando do falecimento do senador Vergueiro em 1859, porém para termos certeza seria necessário conhecer o inventário *post mortem* dele. Outra divisão de terras deve ter ocorrido com os herdeiros de José Levy, que receberam frações de terras da antiga Ibicaba, vendida por José Vergueiro em 1889 aos Levy. Uma parte de terras e benfeitorias já havia sido vendida para a Usina Iracema (dos Ometto). Finalmente, uma menor fração de terras foi vendida pelos Levy para a família Hayden Carvalhaes, que manteve, entretanto, a sede construída em 1910 pelos próprios Levy.

O que notabilizou a atuação de Vergueiro na fazenda Ibicaba foi seu projeto de colonização bastante *sui generis* em relação aos projetos em vigor na década de 1820. Na prática, os projetos adotados pelo governo de D. João VI e de D. Pedro I, no Império, visavam à colonização para povoar, como as colônias alemãs e portuguesas instaladas no sul do país, por exemplo. O governo arcava com a doação de terras e mais um subsídio anual para as famílias. Vergueiro considerava que esse tipo de colonização não atendia aos interesses de São Paulo. Opunha-se radicalmente à doação de terras para os colonos e à ajuda anual por ser onerosa aos cofres públicos, mas fundamentalmente por não solucionar o problema de braços para a lavoura cafeeira diante da perspectiva de extinção do tráfico internacional de escravos. Mesmo não tendo sido aplicada, a primeira lei de abolição do tráfico de escravizados africanos

de 1831 lançou uma ameaça à extinção definitiva e estimulou Vergueiro a pôr em execução sua proposta com um empréstimo do governo imperial para trazer famílias portuguesas para sua fazenda Ibicaba sob o *sistema de parceria*.¹ Essa primeira tentativa não obteve resultados positivos devido à revolta liberal de 1842, da qual o próprio Vergueiro era uma das lideranças. Passada a revolta liberal liderada por senhores de engenho e proprietários de escravos, Vergueiro voltou à carga com seu plano de trazer braços europeus sob o regime de parceria para substituir uma parte dos escravizados nas lavouras de café e de gêneros alimentícios. Após a concessão de um empréstimo isento de juros do governo imperial, Vergueiro fundou a firma *Vergueiro & Cia* (1845) para importar e intermediar trabalhadores para cafeicultores nos municípios de Limeira, Rio Claro, Campinas e para comercializar café e outros gêneros em Santos. Por meio da firma, Vergueiro formou a *Colônia Senador Vergueiro* com mais de 400 pessoas de língua alemã em 1847. Inaugurava-se, assim, a colonização na concepção do Senador. Como podemos concluir, não se tratava de colonizar para povoar, mas de trazer trabalhadores para substituírem o trabalho escravo que a cada dia se tornava mais escasso e caro, comprometendo a expansão da economia cafeeira. O *sistema de parceria* seguiu funcionando por quase dez anos, e alguns fazendeiros de Campinas, Amparo, Pirassununga etc. foram estimulados a demandar os serviços da firma *Vergueiro & Cia*. Até que eclodiu a revolta de 1856. A *revolta dos parceiros* de Ibicaba fez ruir o *sistema de parceria* não completamente, pois ele continuou, mas em bem menor escala. O cerne do problema estava no pagamento da viagem e da manutenção dos imigrantes até que os frutos da colheita os remunerassem. Na verdade, como mostram os capítulos 2 e 4, os imigrantes eram engolidos tanto por dívidas com os governos dos cantões suíços que emprestavam recursos para a viagem até o Brasil quanto por Vergueiro, que adiantava recursos para manutenção e cobrava o transporte de Santos à fazenda e os juros sobre o total da dívida. Foi o mestre de escola e missionário Davatz quem melhor descreveu a situação aviltante dos colonos, enganados na pesagem do café colhido, no câmbio etc. e tratados pelos proprietários e administradores como escravizados (capítulo 5). Embora sem resultar em solução definitiva, o *sistema de parceria* significou a primeira experiência na longa transição do trabalho escravo ao livre.

¹ O *sistema de parceria* consistia em dividir o resultado líquido entre o proprietário e o chefe da família do colono.

As falhas no *sistema de parceria* somente seriam resolvidas 28 anos depois da revolta dos parceiros, em 1884, por meio da aprovação, pela Assembleia Legislativa da província de São Paulo, da proposta de Martinho Prado Jr. que transferia ao governo provincial o compromisso de custear as passagens dos imigrantes dos portos europeus a Santos. A medida aliviava não só os fazendeiros dos empréstimos para custear as despesas de transporte, mas também os imigrantes que chegavam às fazendas livres de dívidas. Esse foi o esquema que engendrou a solução do problema da mão de obra em São Paulo antes mesmo da abolição da escravidão. A política de imigração subsidiada, como ficou conhecida, e o colonato² foram mantidos por longos anos, a primeira por mais de 40 anos, e a segunda, por quase um século até a chegada dos *boias-frias* nos anos de 1960–1970. Ambos promoveram a vinda de uma grande massa de imigrantes, principalmente italianos, para os trabalhos no café. Entretanto, o sucesso da resolução da questão do trabalho para a economia cafeeira não se fez sem a existência de um imenso contingente de trabalhadores desempregados e miseráveis nos países europeus que ingressaram tardiamente na economia capitalista. À população depauperada europeia restou como único recurso para superar a fome e o desemprego a travessia do oceano para trabalhar nas lavouras de café escravistas de São Paulo.

O tema da imigração recebeu especial atenção dos organizadores do livro. Ao longo dos capítulos, os imigrantes foram objeto de análise particularmente em três capítulos (9, 10 e 11), os quais discutem as condições de vida e trabalho das três principais nacionalidades presentes em Ibicaba: portugueses, alemães ou povos de língua alemã (austriacos, suíços etc.) e italianos.

Percebemos que, na abordagem da questão do trabalho, há um apagamento da presença de trabalhadores brasileiros pobres e livres. Nesse sentido, o livro *Ibicaba (1817-2017)* se ressent de uma explicação sobre o papel dos trabalhadores livres nascidos no Brasil nos trabalhos da lavoura cafeeira e na fazenda. Eles não participaram nos contingentes de trabalhadores livres em Ibicaba?

Ou não é possível ter os registros de homens e mulheres brasileiros livres e pobres, pois eles não figuram nos inventários, não sendo parte da riqueza a ser legada aos herdeiros? Ou por não serem imigrantes estrangeiros, há pouca relevância em nomeá-los, uma vez que não exigem contrapartida

² Colonato é o contrato de remuneração composto por uma parte fixa por tarefa e outra variável determinada pela quantidade colhida de café.

de pagamento de dívidas tomadas pelos proprietários para custear as despesas de transporte e manutenção?

Em que pese a importância das experiências da introdução do trabalho livre do imigrante, até 1888 não houve pleno domínio do trabalhador livre estrangeiro nas atividades ligadas à cafeicultura e à lavoura de alimentos e criação de animais em Ibicaba. Dois anos antes da abolição da escravidão, havia em Ibicaba 320 escravizados adultos; 136 ingênuos, 27 libertos e 270 colonos (capítulo 3, p. 98). Isso reforça a ideia de que o trabalho de escravizados dominou o século XIX praticamente todo. Mesmo depois da abolição do tráfico no Atlântico em 1850, o número de escravizados superava o de livres estrangeiros. Em 1875, Ibicaba possuía o maior contingente de escravos do município de Limeira, 419 escravizados, segundo o livro de classificação de escravos para efeito da utilização do fundo de emancipação (capítulo 6, p. 170). Fica para o leitor a conclusão de que os escravizados foram essenciais para expandir a economia cafeeira em Limeira e em Ibicaba.

Outro tópico que chama atenção foi a atividade do senador Vergueiro e de seu filho José Vergueiro na promoção da melhoria dos meios de comunicação, estradas, e dos meios de transporte, tropas de muares, carroças, carros de boi (capítulo 8). Antes da chegada das ferrovias, ambos, pai e filho, estiveram envolvidos com a obtenção de concessões para construir estradas de terra e macadamizada. O senador, com as estradas de São Paulo a Campinas; Piracicaba, Araraquara a Rio Grande, Goiás e Mato Grosso; o filho, com a estrada da Maioridade ou estrada Vergueiro, descida da Serra do Mar para Cubatão. Essa é mais uma das atividades dos Vergueiro que mostrava a preocupação com a redução dos fretes e da mão de obra nos serviços de transporte. Com certeza representava um ganho particular na forma de pagamento pelo serviço prestado, mas também uma melhoria da infraestrutura que poderia ser usufruída por todos, contribuintes e usuários, cafeicultores e senhores de engenho, cuja produção se escoava do planalto para Santos. Esses traçados de caminhos e estradas dos Vergueiro recuperavam algumas trilhas indígenas e serviram tempos depois para orientar a construção das estradas de ferro.

Para desenvolver as estradas de rodagem, o senador Vergueiro montou um gabinete topográfico que funcionou como escola de aprendizagem e treinamento de técnicas de projetar, nivelar e construir caminhos. Nessas iniciativas de Vergueiro se reconhece o espírito do iluminismo português, tão caro à Universidade de Coimbra e às reformas pombalinas. Esse espírito se

estendeu ao beneficiamento do café, por meio da introdução de máquinas e de melhorias nas técnicas de lavagem e secagem do café e nas máquinas de despolar e selecionar. Ibicaba foi um centro de inovação de máquinas agrícolas a vapor que eram fabricadas nas oficinas mecânicas da fazenda com mão de obra de imigrantes (introdução e capítulo 1).

Destaco como último tópico a contribuição deixada pelos organizadores e autores aos leitores – o extenso e interessante guia de obras sobre Ibicaba e sobre a economia cafeeira paulista. Souza e Gardenal sistematizaram em ordem cronológica algumas obras, indicando por meio de um breve resumo os aspectos tratados em cada uma, orientando os pesquisadores sobre os aspectos originais trazidos por autores como viajantes, observadores brasileiros, missionários estrangeiros, inspetores dos países de origem dos emigrantes etc. Uma ênfase é dada para quatro trabalhos de maior interesse: Daniel P. Kidder e James Fletcher (1857); Moritz Lamberg (1899); Christopher Andrews (1887) e Louis Couty (1883). Há outras indicações sobre a biografia do Senador, como a de Djalma Forjaz (1924), João Calógeras (1933) e o livro do mestre-escola, Davatz, semeador de muitos estudos da sociedade paulista.

Encerro lembrando as palavras dos organizadores do livro: Ibicaba, “terra gorda”, foi o “microcosmo” da sociedade paulista nos seus 200 anos, onde estiveram juntos em permanente tensão “dinamismo e atraso”, “escravidão e liberdade”, “diversificação do capital e uso de recursos públicos para fins privados”, “riqueza e desigualdade”, “desenvolvimento e pobreza”. Em suma, ao longo da história, os pares opostos reproduziram a desigualdade econômica, social e racial que acompanha o Brasil de hoje.